

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - 1º SEMESTRE DE 2012

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. ("Banco"), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012, elaborado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

O Banco tem como principal mercado de atuação o setor agropecuario nacional, oferecendo produtos e serviços destinados ao crescimento sustentável do segmento, através da manutenção de uma equipe de agrônomos, zootecnistas e especialistas financeiros que atuam em conjunto a fim de estruturar soluções específicas para cada cliente.

Além disso, conta com uma mesa de operações voltada para o atendimento a clientes e também proprietária, realizando operações estruturadas, renegociação de dívidas e de derivativos em bolsa, câmbio pronto e câmbio físico, além de financiamento de projetos pecuários que incluem a construção de instalações, reforma de pastagens, compra de insumos e de animais.

Contexto Macroeconômico

A primeira metade do ano mostrou dois momentos distintos, pois os primeiros meses viram uma série de medidas para encaminhar a crise de dívida na Grécia, como apoio financeiro dos governos e a troca da dívida com os bancos sob forte desconto. Os indicadores de crescimento global também preservavam algum momento da aceleração registrada ao final do ano passado. A passagem para o segundo trimestre mostrou que o eleitorado na Grécia dá um apoio dúbio ao forte ajuste fiscal, o que reestabelece o risco da Grécia sair do euro e contigui o mercado de títulos de países como a Espanha, ao ponto de ser necessário um pedido de ajuda externa para a capitalização de alguns bancos. Os indicadores globais também registraram uma desaceleração generalizada do crescimento, tanto na Europa, como nos Estados Unidos e na Ásia. A desaceleração levou a respostas de política econômica com reduções de juros na Europa, China, outros países, além da extensão da operação Twist nos Estados Unidos. No Brasil, a trajetória de queda da produção industrial se manteve durante todo o semestre e a quebra

na safra de culturas importantes, como a soja, levou à perspectiva de crescimento do PIB deste ano a um nível muito baixo. A taxa de desemprego continuou no seu nível mínimo e os salários seguiram crescendo, mas o crescimento do consumo não foi capaz de reverter os efeitos da redução do investimento e dos estoques. O governo anunciou mais medidas de estímulo, como o incentivo a compra de veículos, mas o crescimento não se recuperou de forma significativa ao longo dos meses. A inflação anual recuou e a política monetária seguiu refletindo o cenário de menor crescimento e inflação em queda, acontecendo, inclusive, a aceleração dos cortes da taxa Selic em determinado momento. As taxas de juros de mercado recuaram com mais força, especialmente no segundo trimestre, enquanto a taxa de câmbio se desvalorizou como reflexo do juro mais baixo no Brasil, controles para a entrada de capital e do pior do ambiente internacional a partir de meados do semestre.

O preço das commodities agrícolas e da carne bovina mostrou trajetórias distintas. O preço da soja passou o semestre em alta, reflexo da menor safra brasileira, enquanto o preço do milho recuou pela grande safra no Brasil e não teve tempo para refletir a alta do preço internacional ao final de junho. O preço da carne bovina passou o semestre em queda, reflexo do clima mais favorável para a engorda no pasto e de exportações e consumo doméstico mais contidos.

Desempenho nos Negócios

Em 2012, o Banco apresentou prejuízo no semestre de R\$ 231, contra um lucro de R\$ 5.023 apresentados no mesmo período de 2011. O Total de Ativos atingiu R\$ 900.883 enquanto o Patrimônio Líquido resultante ao final do semestre foi de R\$ 102.534 (Capital Social - R\$ 101.212, Reservas Patrimoniais - R\$ 1.553 e Prejuízo Acumulado - R\$ (231)).

A carteira de crédito ao término do semestre atingiu R\$ 519.346, representando uma evolução de 11,3% em relação ao mesmo período de 2011. O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$ 21.462, correspondente a 4,13% da carteira total, em conformidade com a Resolução CMN 2.682/99. Os recursos próprios livres, captados e administrados totalizaram ao final do período R\$ 1.046.405 (2011 - R\$ 626.540), com crescimento de 67% quando comparado ao mesmo período de 2011. Este aumento está condizente com os objetivos do banco de crescimento para sustentação de suas operações de crédito.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de Junho de 2012 e 2011

	ATIVO	
	30/06/2012	30/06/2011
ATIVO CIRCULANTE	793.718	564.901
DISPONIBILIDADES	354	455
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (nota 4)	256.459	47.354
Aplicações no Mercado Aberto	252.723	47.354
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.736	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (nota 5)	117.388	107.391
Carteira Própria	54.982	24.490
Vinculados a Operações Compromissadas	-	52.551
Vinculados a Prestação de Garantias	16.734	27.130
Instrumentos Financeiros Derivativos	45.672	3.220
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	226	159
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	73	9
Créditos Vinculados - Depósitos no Bacen	153	150
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (nota 6)	403.490	400.880
Adiantamento a Depositantes	1	-
Empréstimos	369.177	404.461
Financiamentos	50.806	6.445
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.494)	(10.026)
OUTROS CRÉDITOS	15.603	8.496
Carteira de Câmbio (nota 7)	387	445
Rendas a Receber	241	435
Negociação e Intermediação de Valores	3.342	931
Adiantamentos e Antecipações Salariais	529	14
Créditos Tributários (nota 22)	9.549	5.422
Impostos e Contribuições a Compensar	1.502	1.225
Diversos	53	24
OUTROS VALORES E BENS	198	166
Despesas Antecipadas	198	166
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	102.762	54.762
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (nota 6)	94.394	54.109
Empréstimos	91.427	55.719
Financiamentos	7.935	-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.968)	(1.610)
OUTROS CRÉDITOS	8.368	653
Créditos Tributários (nota 22)	8.368	653
PERMANENTE	4.403	5.926
INVESTIMENTOS (nota 8)	313	805
Participações em Controladas - no País (nota 8)	313	805
IMOBILIZADO DE USO (nota 9)	1.466	1.067
Outras Imobilizações de Uso	2.303	1.546
(-) Depreciações Acumuladas	(837)	(479)
DIFERIDO (nota 10)	2.624	4.054
Gastos de Organização e Expansão	7.155	7.155
(-) Amortizações Acumuladas	(4.531)	(3.101)
TOTAL DO ATIVO	900.883	625.589

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de Junho de 2012 e 2011

	Capital Social		Reserva de Lucros		Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total
	30/06/2012	30/06/2011	Reserva Legal	Reserva Estatutária		
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	101.212	-	219	2.208	-	103.639
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	5.023	5.023
Destinações:						
Realização da Reserva	-	-	-	(2.208)	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	420	-	(420)	-
Constituição de Reserva Estatutária	-	-	-	4.263	(4.263)	-
Dividendos Pagos/Provisionados	-	-	-	-	(2.548)	(2.548)
Saldos em 30 de Junho de 2011	101.212	-	639	4.263	-	106.114
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	101.212	-	1.553	-	-	102.765
Prejuízo do Semestre	-	-	-	-	(231)	(231)
Saldos em 30 de Junho de 2012	101.212	-	1.553	-	(231)	102.534

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011

1. CONTEXTO OPERACIONAL: O Banco Original do Agronegócio S.A. ("Banco") opera como banco múltiplo desde 28 de julho de 2008 autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN e desenvolve suas operações por meio das carteiras comerciais, de crédito, de financiamento, de investimento e de câmbio.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), anteriormente à promulgação da Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Medida Provisória nº 449/08 (convertida posteriormente na Lei nº 11.941/09), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a. Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados. **b. Ativos e passivos - Circulante e a longo prazo:** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. **c. Apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN 3.604/08.

d. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por moeda nacional e estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Em 30 de junho de 2012 e 30 de junho de 2011, os valores eram compostos da seguinte forma:

Composição	30/06/2012	30/06/2011
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	354	455
Aplicações interfinanceiras de liquidez	252.723	47.354
Total	253.077	47.809

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez: São apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados. **f. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, as instituições financeiras devem classificar os títulos e valores mobiliários, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado;
- Títulos disponíveis para venda** - São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial";
- e Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado. O Banco não possuiu títulos classificados nas categorias disponíveis para venda e mantidos até o vencimento em 30 de junho de 2012. Sua carteira foi integralmente classificada como títulos para negociação, que incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo apresentados pelo valor de mercado e classificados no ativo circulante, independente da data de vencimento dos títulos.

g. Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos): Os instrumentos financeiros derivativos designados como partes de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedge*) podem ser classificados como:

- Hedge de risco de mercado** - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado.
- Hedge de fluxo de caixa** - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, em conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam os critérios de *hedge* contábil estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/2002, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* cujos prazos e taxas são iguais aos do objeto de *hedge* não são contabilizados a valor de mercado, conforme Circular BACEN nº 3.150/2002.
- h. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro 1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Banco para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.
- i. Outros ativos:** Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia, incorridos até a data do balanço.
- j. Investimentos em controladas:** Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em balanços levantados na mesma data.
- k. Imobilizado de uso e diferido:** O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a taxa de depreciação estipulada pelo RIR/99, conforme nota explicativa nº 09. O ativo diferido, composto por gastos com organização e expansão, é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a legislação em vigor que estabelece um prazo mínimo de 5 anos e máximo de 10 anos para amortização total, conforme nota explicativa nº 10. Os valores constituídos no ativo diferido até a entrada em vigor da Resolução CMN nº 3.617, de 30 de setembro de 2008, serão mantidos neste grupo até a sua efetiva baixa.
- l. Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment):** É reconhecido como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa

substanciais, independente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Outros créditos - créditos tributários", são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Em 30 de junho de 2012 não existiam indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. **m. Depósitos, captações no mercado aberto, e recursos de aceites e emissão de títulos:** São demonstrados pelos valores da exigibilidade e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. **n. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A provisão para imposto de renda (IRPJ) é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício fiscal. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) das instituições financeiras é de 15% sobre o lucro tributável. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. **o. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma: **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Não existem ativos contingentes para 30 de junho de 2012 e 2011. **Contingências passivas** - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, não sendo efetuada provisão contábil, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente. **p. Outros passivos:** Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar. **q. Partes relacionadas:** O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado. Essas transações referem-se, principalmente, a aplicações em operações comprometidas, depósitos a vista e a prazo, letras de crédito e despesas administrativas.

r. Resultado por ação: É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ: Classificação por título e liquidez

	30/06/2012	30/06/2011
Aplicações no Mercado Aberto	Até 90 dias	De 91 a 360 dias
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	5.669	5.699
LTN - Letras do Tesouro Nacional	225.024	225.024
NTN - Notas do Tesouro Nacional - Série B	22.000	22.000

	30/06/2012	30/06/2011
Aplicações em Depósito Interfinanceiros	306	306
CDI - Crédito Rural PRONAF	1.582	1.533
CDI - Crédito Rural SUBEX	315	315
CDI - Crédito Rural PRONAMP	254.926	1.533
	256.459	47.354

Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os privados na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS:

a. Títulos e valores mobiliários: a.1 Classificação por título, valor de mercado e curva

	30/06/2012	30/06/2011
Títulos para negociação - Carteira própria	Valor de curva/contrato	Ajuste a mercado
Títulos Públicos Federais - Livres	Total	Total
Letras do Tesouro Nacional - LTN	54.982	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	-	2.519
	54.982	21.971
	54.982	24.490

	30/06/2012	30/06/2011
Títulos para negociação - Vinculados a Operações Compromissadas	Valor de curva/contrato	Ajuste a mercado
Títulos Públicos Federais	Total	Total
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	-	47.450
	-	5.101
	-	52.551
	30/06/2012	30/06/2011

	30/06/2012	30/06/2011
Títulos para negociação - Vinculados à Prestação de Garantias	Valor de curva/contrato	Ajuste a mercado
Títulos Públicos Federais	Total	Total
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.346	209
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	10.769	1.410
	15.115	1.619

	30/06/2012	30/06/2011
Títulos Privados	Valor de curva/contrato	Ajuste a mercado
Certificado de Depósito Interbancário - CDI	-	-
	-	1.724
	15.115	1.619
	16.734	27.130

a.2 Classificação e vencimento

	30/06/2012	30/06/2011
Títulos para negociação - Carteira própria	Até 180 dias	De 181 a 360 dias
Títulos Públicos Federais - Livres	Acima de 360 dias	Total
Letras do Tesouro Nacional - LTN	54.982	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	-	21.971
	54.982	24.490

Gerenciamento de Riscos e Controles

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo BACEN relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Banco possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da instituição. Assim, o Banco conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, *compliance* e regulatório.

O Banco revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando as melhores práticas de mercado e a total aderência ao que disciplina a legislação em vigor promovida pelo BACEN.

Ouidoria

A estrutura de Ouidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão. Informamos que não há registros de qualquer demanda ou reclamação no período findo em 30 de junho de 2012.

Relacionamento com os Auditores

De acordo com a Resolução CMN 3.198/04, informamos que durante o exercício os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria. Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 10 de agosto de 2012

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de Junho de 2012 e 2011

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011

Futuros de São Paulo (BM&FBovespa). A valorização a mercado destes instrumentos financeiros e realizada de forma diária através de curvas de mercado, onde os vértices são baseados em títulos e indexadores negociados em bolsa de valores. O Banco realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, os quais são registrados e atualizados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender às suas necessidades e as de seus clientes. A administração desses riscos é efetuada por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições. Esses instrumentos financeiros representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou, comprar ou vender instrumentos financeiros, nos termos e datas especificados nos contratos, ou, ainda compromissos para trocar pagamentos futuros de juros, tendo como finalidade reduzir a exposição a riscos nos respectivos mercados. Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros compõem-se de risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional, conforme definidos abaixo:

Gerenciamento de Risco

O Banco possui como política a minimização de riscos de mercado resultantes de suas operações através da utilização de instrumentos financeiros derivativos. A administração dos riscos de mercado é efetuada utilizando práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos, do valor de risco da carteira, das sensibilidade a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos de oscilações nos preços dos ativos, nas taxas de juros e outros fatores que podem afetar as posições das carteiras no mercado onde atua. Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional, conforme definidos abaixo. Maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de riscos na nota explicativa nº 23. **a) Risco de crédito:** decorre da contraparte de não honrar compromisso contratado, da degradação de garantias e da concentração em cliente ou setor, onde a área de Risco é responsável pela avaliação do risco de crédito presente nas operações de tesouraria, bem como pela proposição de limites máximos para assunção de tais riscos. O Banco segue as definições da Resolução CMN nº 2.682/1999, permitindo a classificação de risco de toda a sua base de clientes. A concessão de crédito utiliza-se de critérios internamente definidos para definição de limites de crédito a clientes. **b) Risco de mercado:** é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços cotados em mercado e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. **c) Risco de liquidez:** é a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis decorrentes de operações com instrumentos financeiros que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. **d) Risco operacional:** é a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou quaisquer outras situações adversas de mercado.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA:

a. Composição por produto

	30/06/2012	30/06/2011
Empréstimos		
Adiantamento a Depositante	1	9
C.P.R. (*)	351.931	379.256
Capital de giro	83.337	58.703
Cheque especial	20	66
	435.289	438.034
Conta Garantida		
Conta corrente garantida	25.316	22.146
C.C.I.		
C.C.I.	7.935	-
Outros Financiamentos		
Financiamentos à produção para exportação	50.806	6.445
Total da carteira de crédito	519.346	466.625
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.462)	(11.636)
	497.884	454.989

(*) A CPR (Cédula de Produto Rural), se representa por compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

b. Composição por ramo de atividade e vencimento

	30/06/2012	30/06/2011			
Carteira vencida	A vencer até 360 dias	A vencer acima de 360 dias	Total	Total	
Rural	30.111	20.090	6.323	56.523	68.074
Indústria	15.700	10.664	280	26.644	4.516
Comércio	14	44.461	29.909	74.384	23.011
Intermediários financeiros	-	-	-	-	7.525
Outros serviços	116	27.337	4.068	31.521	30.703
Pessoa física	22.831	244.067	58.782	325.681	328.715
Habituação	-	4.593	-	4.593	4.080
	68.772	351.212	99.362	519.346	466.625

c. Concentração da carteira

	30/06/2012	30/06/2011				
	% da Carteira	% das Provisões				
10 maiores devedores	108.107	20,82%	1.006	4,69%	147.526	31,62%
50 maiores devedores seguintes	208.577	40,16%	12.184	56,77%	241.692	51,80%
100 maiores devedores seguintes	122.742	23,63%	6.232	29,04%	65.700	14,08%
Demais devedores seguintes	79.920	15,39%	2.040	9,50%	11.707	2,50%
	519.346	100%	21.462	100%	466.625	100%

d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A abertura da posição "A vencer" e "Vencida" refere-se às parcelas dos contratos vigentes em 30 de junho de 2012. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de "rating" e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

	30/06/2012	30/06/2011				
	Carteira vencida	% da Carteira	Valor da Provisão	% da Provisão		
Nível de risco	vencer	(> 14 dias atraso)	Provisão	Provisão		
A	428.498	2,142	9,98%	2.088	17,95%	
B	5.288	6,397	0,54%	30	0,25%	
C	20.144	33.179	1,600	7,45%	949	8,15%
D	9.134	-	913	4,26%	286	2,46%
E	-	-	0,00%	-	129	1,11%
F	-	-	0,00%	-	-	0,00%
G	-	54	38	0,18%	6.784	58,30%
H	3.596	13.056	16.652	77,59%	1.370	11,78%
	466.660	52.686	21.462	100%	11.636	100%

Movimentação da PCLD

Saldo no início do semestre	20.220	696
Constituições	15.852	8.568
Transferências	-	2.854
Reversões	-	(482)
Baixa para Prejuízo	(14.610)	-
Saldo no início do semestre	21.462	11.636

Os créditos recuperados no semestre totalizaram um valor de R\$ 25 (2011 - R\$ 2.891). O gerenciamento de risco de crédito está descrito na nota explicativa nº 23.

e. Cessão de Créditos: No primeiro semestre de 2012 não houve cessão de crédito. Em 2011 foram realizadas cessões de crédito sem cobrificação no montante de R\$ 3.793, com consequente efeito no resultado operacional no montante de R\$ 2.831.

7. CARTEIRA DE CÂMBIO: **a. Câmbio:** Abaixo as posições ativas e passivas de carteira de câmbio em 30 de junho de 2012.

	30/06/2012	30/06/2011
Ativo - Outros Créditos		
Câmbio Comprado a Liquidar	192	233
Direitos sobre Venda de Câmbio	195	212
	387	445

Passivo - Outras Obrigações

Câmbio Vendido a Liquidar	(194)	(232)
Obrigações para Compras de Câmbio	(193)	(235)
	(387)	(467)

8. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS:

	Original Agropecuários Ltda.	Forsix Administradora de Recursos Ltda.	Brasil Agrosec Cia. Securitizadora Ltda.
	30/06/2012	30/06/2012	30/06/2012
Capital social	100	1.524	2.223
Prejuízo do semestre	(12)	(82)	(885)
Prejuízo acumulado	(48)	(865)	(604)
Reserva de lucro	99	-	-
Patrimônio Líquido	139	577	734
Participação (%)	99,99%	99,99%	23,75%
Situação dos investimentos			
Saldo no início do semestre	151	653	373
Resultado da Equivalência Patrimonial	(12)	(82)	(209)
Alienação de Participação Societária	-	(571)	-
	139	-	174
Saldo final do semestre	139	-	313

Em 30 de junho de 2011, o Banco possuía participação de 99,99% nas empresas: Original Negócios Agropecuários Ltda., Original Investimentos Imobiliários Ltda. (em fase pré-operacional, com capital a integralizar) e Forsix Administradora de Recursos Ltda. representando um saldo na rubrica de investimentos de R\$ 805 e resultado de equivalência patrimonial no semestre de R\$ 408. O Banco possui investimentos nas seguintes empresas:

Original Negócios Agropecuários Ltda.

A principal atividade da Original Negócios Agropecuários Ltda. (nova denominação social da JBS Negócios Agropecuários Ltda.) é a intermediação de negócios agropecuários e o desenvolvimento de projetos agropecuários. Foi constituída em 21 de agosto de 2009 e teve seu capital integralizado em 2 de outubro de 2009.

Original Investimentos Imobiliários Ltda.

Em 12 de julho de 2010 o Banco constituiu a empresa Pecus Administradora de Recursos Ltda. com o objetivo de prestar serviços de administração de carteira de valores mobiliários e gestão de recursos para pessoas físicas ou jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, e consultoria e assessoria empresarial, incluindo o planejamento e estruturação de negócios. Em 21 de maio de 2012 a denominação social da

Pecus Administradora de Recursos Ltda foi alterada para Original Investimentos Imobiliários Ltda. O capital social da Empresa passou de R\$100.000 representado por 100.000 quotas no valor de R\$ 1,00 cada para R\$ 20.100.000 com a emissão de 20.000.000 novas quotas mantendo-se as percentagens de cada sócio. O objeto social passou a ser o investimento em imóveis e direitos sobre empreendimentos imobiliários comerciais ou residenciais, mediante compra e venda de imóveis e a exploração de aluguéis dos imóveis de propriedade da Sociedade. A Original Investimentos Imobiliários Ltda. ainda não entrou em operação, sendo que o referido capital social encontra-se "a integralizar" na data de 30 de junho de 2012.

Forsix Administradora de Recursos Ltda.

Em 26 de março de 2011 o Banco tornou-se controlador da Forsix Administradora de Recursos Ltda., via aquisição de 99,99% da participação societária da referida entidade. A empresa investida, sediada na cidade de São Paulo-SP, atua na prestação de administração e gestão de carteira de valores mobiliários e administração de fundos para pessoas físicas ou jurídicas. Em 23 de abril de 2012 foi vendida a totalidade da participação do Banco para a empresa J&F Participações Financeiras Ltda., pelo preço acordado de R\$ 659. A venda gerou um lucro na alienação de investimentos no valor de R\$ 88 registrado na rubrica "Resultado não Operacional".

Brasil Agrosec Cia. Securitizadora Ltda.

Em 15 de setembro de 2011 o Banco tornou-se investidor da Brasil Agrosec Cia. Securitizadora Ltda., via aquisição de 23,07% da participação societária da referida entidade. A empresa investida, sediada na cidade de São Paulo-SP, atua na securitização de direitos creditórios do agronegócio.

9. IMOBILIZADO DE USO:

	30/06/2012	30/06/2011
	Taxa de Depreciação	Imobilizado
	custo	liquido
Móveis e equipamentos de uso	10%	115 (14)
Sistema de comunicação	10%	247 (60)
Sistema de processamento de dados	20%	1.924 (760)
Sistema de segurança	10%	6 (2)
Instalações	10%	11 (1)
	2.303	(837)
	1.466	1.067

O ativo imobilizado do Banco está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas operações.

10. DIFERIDO:

	30/06/2012	30/06/2011
	Taxa de Diferido amortização	Diferido liquido
	custo	liquido
Gastos de organização e expansão	20%	7.155 (4.531)
	7.155	(4.531)
	2.624	4.054

11. DEPÓSITOS: Classificação e vencimento

	30/06/2012	30/06/2011
	Sem vencimento	Até 90 dias
	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias
Depósito à vista	3.488	-
Depósito a prazo - CDB e DPGE	-	19.026
Depósitos interfinanceiros	-	-
	3.488	19.026
	44.996	149.758
	149.758	217.268
	191.040	-

O Banco realiza operações com CDB, com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 100% do IPCA; e entre 95% e 115,50% do CDI; e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 13,67% a.a. e 14,77% a.a. Para operações de CDI, com taxas pós-fixadas praticadas de 104% do CDI; e para DPGE com taxas pós-fixadas praticadas entre 108% e 130% do CDI.

12. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS: Classificação e vencimento

	30/06/2012	30/06/2011
	Sem vencimento	Até 90 dias
	de 91 a 360 dias	Acima de 360 dias
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	97.934
O Banco realiza operações com LCAs - Letras de Crédito do Agronegócio, com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 100% do IPCA; e entre 50% e 110,50% do CDI. Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 7,1% a.a. e 13,3% a.a..	140.175	34.172
	140.175	272.281
	272.281	258.350

13. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS: a. Remuneração dos Administradores: **a.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração** - Até a data de 30 de junho de 2012, o valor de remuneração fixa dos Administradores (Conselho e Diretoria) totalizou o valor de R\$ 114 (2011 - R\$ 1.968). **a.2 Benefício pós-emprego** - O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a Diretoria ou membros do Conselho de Administração. **b. Operações entre Partes Relacionadas:** As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 30 de junho de 2012 e 2011, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	30/06/2012	30/06/2011
	Ativo/Passivo	Recíproco/Passivo
	Recíproco/Passivo	Ativo/Passivo
Valores a Receber (a pagar) de Pessoas Ligadas		
J&F Participações Financeiras S.A.	-	(1.014)
Original Negócios Agropecuários Ltda.	35 (35)	25 119
	35	(35)
	(989)	119

Aplicações em Operações Compromissadas

Banco Original S.A.	20.502	6.092	-	-
	20.502	6.092	-	-

Recursos de Aceites Cambiais, LIs, LHs, Debêntures e Similares

Forsix Administradora de Recursos Ltda.	(106)	(15)	-	-
Matone Promotora Ltda.	(8.267)	(60)	-	-
Original Negócios Agropecuários Ltda.	(9)	(1)	(2)	(5)
	(8.382)	(76)	(2)	(5)

Provisões para pagamento a efetuar

JBS S.A.	-	-	(11)	(329)
Depósito a Vista				
JBS S.A.	(175)	-	-	-
Original Negócios Agropecuários Ltda.	(15)	-	(7)	-
J&F Participações Financeiras Ltda.	(1)	-	-	-
J&F Participações S.A.	(1)	-	-	-
	(192)	-	(7)	-

Depósito a Prazo

J&F Participações S.A.	(119)	(1)	-	-
	(119)	(1)	-	-

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES: a. Fiscais e previdenciárias: Compõem-se de: provisão para imposto de renda R\$ 3.271 (2011 - R\$ 2.879), provisão para contribuição social R\$ 2.018 (2011 - R\$ 1.760), provisão para COFINS a recolher R\$ 347 (2011 - R\$ 284), provisão para PIS a recolher R\$ 56 (2011 - R\$ 47), provisão para impostos e contribuições diferidos R\$ 810 (2011 - R\$ 705), e outros impostos e contribuições a recolher R\$ 1.199 (2011 - R\$ 607). **b. Diversas:** Compõem-se de: publicações R\$ 185 (2011 - R\$ 185), serviços de terceiros R\$ 128 (2011 - R\$ 130), outras despesas administrativas R\$ 213 (2011 - R\$ 102), fundo garantidor de crédito R\$ 155 (2011 - R\$ 289), provisão para PLR R\$ 2.059 (2011 - R\$ 700), R\$ 2.569 de gastos com reestruturação (2011 - R\$ -), R\$ 850 (2011 - R\$ -) de contingências trabalhistas (Nota 15), Provisão de Férias e 13º Salários R\$ 1.961 (2011 - R\$ 1.499) INSS s/Férias e 13º Salário R\$ 553 (2011 - R\$ 423), FGTS s/Férias e 13º Salários R\$ 121 (2011 - R\$ 120) e outras R\$ 39 (2011 - R\$ 178).

15. PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES: Em 30 de junho de 2012, o Banco possuía contingências trabalhistas com probabilidade de saída de recursos prováveis no montante de R\$ 850 (zero em 2011). No que se referem a contingências judiciais com saída de recursos classificadas como "possíveis", em 30 de junho de 2012 o Banco possuía em termos valorizados R\$ 11.067 relativo a contencioso civil. Em 30 de junho de 2012 e 2011 o Banco não possuía contingências cíveis e fiscais com probabilidade de saída de recursos prováveis.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: Capital social - Em 30 de junho de 2012 e de 2011, o capital social de R\$101.212 de domiciliados no País, é representado por 100.000.000 de ações ordinárias, sem valores nominais, totalmente subscritas e integralizadas.

Composição Acionária

J & F Participações Financeiras Ltda.	99.000.000
Pessoas Físicas	1.000.000
	100.000.000

Reserva de lucros - Compõem-se de reserva legal no